

Parlamentaristas fecham acordo sobre prazo de transição

Janio de Freitas

A missão

Ao se ver confrontado, em discussões na cúpula peemedebista, com a cobrança de atitudes fiéis aos compromissos do PMDB e, portanto, independentes do que pretenda o presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães argumentou, sempre, com o papel de que se julga investido, uma espécie de missão apostólica. Mais assediado por cobranças em razão das deformações e impasses que têm caracterizado a Constituinte, desde que assolada pela intervenção de Sarney, Ulysses transpôs para sua condição de presidente da assembleia o argumento com que se explica como presidente de partido.

Considera ele que, por mais que o aborrecam atitudes de Sarney em que identifique deslealdade, provocação ou descaso pelo projeto de introdução do país na democracia, cabe-lhe sempre reprimir os impulsos seus e de outrem, de aceitar o confronto com o presidente. Este confronto, como o presume Ulysses, poderia enveredar por desenvolvimentos capazes de resultar até no fim precipitado do governo Sarney, sem que haja qualquer noção do que se seguiria a este desfecho. Sem usar palavras como recuou e concessão, que algum rigor vocabular sugeriria, Ulysses sustenta que o fingir que não houve nada, ou que não viu nem ouviu, é a resposta que as contingências impõem às atitudes de Sarney.

Como dirigente de partido, e dirigente de poderes quase absolutos por consequência das divisões de seus comandados, Ulysses pode adotar as posturas e táticas que bem entender, pelo menos até o limite em que o partido possa digeri-las. Ainda assim, caberia observar a inversão existente no argumento de Ulysses, ao situar a força política do PMDB como devedora de acomodação ao presidente sem força política. O despropósito desta montagem é que conduz à conclusão, ainda mais irreal, de que a fidelidade do PMDB aos seus compromissos conduziria a processos políticos incontroláveis e mesmo insondáveis. Muito ao contrá-

rio, como os fatos vêm demonstrando há mais de dois anos, a infidelidade aos compromissos foi que convulsionou o que seria a "transição" e transformou a Constituinte em balbúrdia.

Se como presidente do PMDB Ulysses pode definir o seu papel, como presidente da Constituinte só lhe competiria adaptar-se a papel predefinido e independente de táticas, estratégias e manobras políticas. Neste caso, sim, seria mesmo, mais do que papel, missão. A missão de resguardar a soberania da Constituinte, a dignidade à altura das responsabilidades que a Nação a ela conferiu e o desenrolar eficaz e sério dos seus trabalhos.

A soberania da Constituinte está extinta e a dignidade da Constituinte foi reduzida a frangalhos, no entanto. O Planalto sente-se dispensado de qualquer recato em suas práticas interferentes na Constituinte. O presidente, ministros, o consultor-geral, todos se permitem dizer, abertamente, que estão agindo e vão agir ainda mais para determinar estas e aquelas decisões da Constituinte. O dia todo, todos os dias, constituintes são chamados acintosamente ao Planalto ou a ele correm despudoradamente, para negociar — como dizem eles, com distraída sinceridade — questões pertinentes à Constituinte.

Hábil e experiente, Ulysses Guimarães teria sabido, se quisesse fazê-lo, obter do presidente que respeitasse a dignidade da Constituinte. O presidente, ministros, o consultor-geral, todos sabem que, nesta ocorrência, o país inteiro estaria com Ulysses — voltaria a estar com Ulysses. E este simples saber seria suficiente para poupar o país da vergonha de testemunhar a subalternidade e as tantas vilezas da sua Constituinte de tão grandes promessas e esperanças.

Soberania e dignidade ninguém toma. Só as perde quem as entrega. A soberania e a dignidade da Constituinte foram depositadas nas mãos de Ulysses Guimarães. E não estão mais lá.

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

Os constituintes parlamentaristas, reunidos anteontem à noite no apartamento do senador José Richa (PMDB-PR), em Brasília, e de novo ontem pela manhã, no gabinete do senador, chegaram a um consenso: o prazo para a adaptação das instituições ao parlamentarismo será de no mínimo um ano a contar da data de promulgação da nova Constituição.

A expressão "no mínimo" serve para atender a todas as correntes parlamentaristas, na medida em que algumas delas defendem a implanta-



ção total do parlamentarismo apenas em 1989 e, outras, somente em 1990. Serve, também, como base para uma eventual negociação com o Palácio do Planalto, na medida em que, nesse prazo de carência, o presidente da República poderia conservar os seus poderes.

Essa possibilidade não está clara, no entanto, para todos os parlamentaristas. Para o líder interino do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), nesse prazo já não haverá a acumulação, pelo presidente da República, das funções de chefe de Estado e chefe de governo, cabendo estas últimas ao primeiro-ministro. Scalco aceita apenas que, nos doze meses de adaptação, não haja a possibilidade de se apresentar moção de censura ao gabinete.

Mas outros parlamentaristas que-

rem que Sarney chefie o Estado e o governo durante o período de carência, só entregando o comando da administração ao primeiro-ministro depois disso. As conversações entre os parlamentaristas giravam ontem e vão continuar girando nos próximos dias em torno dessa divergência. Mas é possível que Scalco, representante do grupo de centro-esquerda do PMDB, ceda, para evitar que os favoráveis ao corte gradual dos poderes presidenciais mudem de posição e passem a apoiar o presidencialismo.

O debate entre os parlamentaristas tende a se alongar até depois de iniciada a votação na Comissão de Sistematização. Afinal, será votada primeiro a norma permanente (presidencialismo ou parlamentarismo) e, em seguida, as disposições transitórias (prazo e condições para a

implantação do parlamentarismo). A perspectiva de triunfo do parlamentarismo cristalizou-se a partir de anteontem, quando a cúpula do PFL liberou seus constituintes parlamentaristas para que votem por esse sistema, desde que haja um plebiscito posterior para referendá-lo ou não (ver a Coluna São Paulo, na página A-2).

O senador Richa está apenas esperando que os parlamentaristas cheguem a um acordo definitivo sobre o conteúdo do período de carência para tentar negociar com os que ele, chama de "presidencialistas não sectários". O senador paranaense acha indispensável essa negociação, porque "é preciso mais do que a vantagem numérica para implantar o novo sistema; ele deve servir como plataforma para um grande entendimento político nacional".

Sarneyzistas pedem maior 'decisão' presidencial

Luiz Marques

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, os líderes do governo e do PFL, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (BA), e o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), centro, reconheceram ontem à tarde, em reunião no Palácio do Planalto, que os parlamentaristas têm maioria na Comissão de Sistematização, que há somente doze votos do PMDB na Comissão fiéis ao governo e que há onze parlamentaristas na Sistematização que pertencem ao PFL.

O deputado José Lourenço disse, em seu gabinete, que "Sarney precisa de mais decisão e determinação para reverter este quadro", e prometeu "lutar até o fim, porque o parlamentarismo neste país será o caos". Na reunião com o presidente o assunto foi exclusivamente sistema de governo, segundo José Lourenço. A instituição do colégio eleitoral para o segundo turno nas eleições presidenciais foi considerada "absurda" na reunião. Lourenço denunciou o que considera "hipocrisia" do PMDB: "Esta aberração, o colégio eleitoral, foi decidida na casa do Ulysses Guimarães, na noite de quinta-feira. Agora crucificam o Cabral".

Levantando a voz à medida em que falava, Lourenço disse que o presidente está irritado com o PMDB e com o substitutivo de Bernardo Cabral. Mas depois emendou, irônico: "Eu acho que ele está irritado é com a gente, do PFL. Afinal de

contas, acaba de dar a Sudene e um ministério para o PMDB". O líder do PFL disse que se os parlamentaristas assumirem o compromisso de aceitar um plebiscito ao fim do Congresso constituinte para que a população decida se apóia o parlamentarismo, ele "libera" o partido para votar como quiser, e desiste de fazer pressões pelo presidencialismo.

Mesmo com seus porta-vozes mais notórios garantindo que o presidente não negocia mais sistema de governo, fixando-se de vez no presidencialismo, Sarney está cuidando de deixar algumas portas abertas. Ontem, à noite, por exemplo, ele recebeu no Palácio Alvorada o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que não desiste de conseguir um consenso em torno do parlamentarismo com seis anos de mandato para Sarney, envolvendo inclusive o presidente. Cid tentou levar consigo alguns parlamentaristas que defendem a implantação gradual do sistema.

Por sua vez, o deputado Sarney Filho (PMDB-MA), centro, conversou longamente com o relator Bernardo Cabral pelos corredores da Câmara e os dois foram juntos à posse do novo ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho.

Depois da reunião com Sarney, tanto Lourenço como Sant'Anna estavam muito irritados. Disseram que a estratégia para aprovação do presidencialismo será a mesma que já anunciaram: muita conversa com os parlamentares que eles acham que podem converter ao sistema defendido pelo governo.



O relator Bernardo Cabral

Parlamentaristas querem primeiro voto sobre sistema

Da Sucursal de Brasília

Os constituintes que defendem o parlamentarismo querem que a Comissão de Sistematização vote em primeiro lugar a questão do sistema de governo. Para isso, desenvolviam ontem duas estratégias: uma, liderada pelos deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), prevê um pedido de destaque para a expressão "primeiro-ministro". Se for mantida a expressão no substitutivo, os parlamentaristas acreditam que a vitória estará certa.

A outra, liderada pelo deputado Saulo Queiroz (PFL-MT), prevê um requerimento ao presidente da Co-

missão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), pedindo que a votação se inicie pelo sistema de governo. Israel Pinheiro Filho disse que será mais fácil a aprovação da manutenção da expressão primeiro-ministro, pois, segundo ele, isso evita divisões entre os que querem a implantação imediata do parlamentarismo e os que defendem a implantação gradual. "Será uma vitória moral. Derrotaremos logo os presidencialistas. A questão do gradualismo negociaremos depois, com mais calma", afirmou.

Os parlamentaristas passaram os dois últimos dias se articulando para evitar que diferenças com relação ao prazo de implantação do sistema

beneficie os presidencialistas. Mesmo assim, vários pedidos de destaque para emendas parlamentaristas foram apresentados. Uma delas, de responsabilidade da liderança do PMDB no Congresso constituinte, foi elaborada pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). A emenda prevê a implantação do parlamentarismo em março do ano que vem, eleições diretas para presidente em dois turnos em novembro do mesmo ano e, só depois de um ano de parlamentarismo, possibilidade de dissolução do Congresso e de voto de desconfiança contra o gabinete.

Os parlamentaristas que defendem o gradualismo colhiam ontem assinaturas para um documento redigido

pelo deputado Saulo Queiroz que propõe um prazo de transição para implantação do sistema. Em outro documento, os líderes do PMDB no Congresso constituinte, Euclides Scalco, na Câmara, Luiz Henriques, no Senado, Fernando Henrique Cardoso, do PC do B, Haroldo Lima, do PCB, Roberto Freire e do PSB, Jamil Haddad, afirmavam que mantêm a defesa do parlamentarismo, mas que são contrários ao colégio eleitoral para o segundo turno da eleição para presidente da República e à implantação do sistema nos Estados antes do término dos mandatos dos atuais governadores. São contrários também à implantação do parlamentarismo nos municípios.